

Título:

Estudos de Direito Público

Autores:

AA.VV.

1.ª Edição

Agosto 2011

Edição e Execução Gráfica:

Wolters Kluwer Portugal sob a marca Coimbra Editora

Lisboa:

Torres de Lisboa

Rua Tomás da Fonseca

Torre G – 6.º A

1600-209 Lisboa

Coimbra:

Edifício Coimbra Editora

Ladeira da Paula, n.º 10

Antanhol — 3040-574 Coimbra

www.coimbraeditora.pt

editorial@coimbraeditora.pt

Distribuição:

Coimbra Editora, S.A.

Ladeira da Paula, n.º 10

Antanhol — 3040-574 Coimbra

Telef. 239 852 650 — Fax 239 852 651

*Reservados todos os direitos por Wolters Kluwer Portugal.
Nem a totalidade nem parte desta obra pode ser reproduzida ou
transmitida por nenhum meio electrónico ou mecânico, incluindo
fotocópia, gravação magnética ou qualquer armazenamento de
informação e sistema de recuperação sem autorização por escrito
da Wolters Kluwer Portugal.*

ISBN 978-972-32-1968-5

Depósito Legal n.º 351 861/2011

PLMJ

SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

AMPEREIRA, SARAÇGA LEAL, OLIVEIRA MARTINS, LÚDICE
E ASSOCIADOS

ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO

 Coimbra Editora
grupo Wolters Kluwer

A NULIDADE DO ACTO INCONSTITUCIONAL (*)

TIAGO SERRÃO

INTRODUÇÃO

O trabalho escrito que ora se apresenta tem por objectivo examinar a problemática da *modalidade* ou do *tipo de invalidade* aplicável ao acto inconstitucional.

A formulação ora enunciada carece, no entanto, de alguns esclarecimentos preliminares. Enquanto, num primeiro momento, o nosso estudo incidirá sobre actos normativos e apenas sobre comandos dessa índole que sejam julgados inconstitucionais, em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade, num segundo momento, a nossa preocupação recairá sobre actos administrativos, substantivamente compreendidos, que se encontrem feridos de *inconstitucionalidade* directa ou imediata, ou seja, sobre estatuições administrativas que mantenham uma relação autónoma de desconformidade com a Lei Fundamental.

Quanto ao primeiro momento — correspondente a todo o Capítulo I — o *iter* que iremos seguir principiará com a promoção de alguns esclarecimentos conceptuais que se afiguram imprescindíveis para a análise subsequente, seguindo-se, de modo conexo, uma explanação sobre as categorias jurídicas da *nullidade*, da *anulabilidade* e sobre as suas formas *sui generis*. A exposição da nossa posição

(*) O presente trabalho corresponde, com alterações de pormenor, ao Relatório de Mestrado apresentado, em Setembro de 2010, na disciplina de Direito Constitucional do curso de Mestrado Científico em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, sob a regência do Prof. Doutor Carlos Blanco de Moraes, a quem se agradece, publicamente, o *despertar* para o tema, bem como todos os profícuos ensinamentos que permitiram o seu tratamento dogmático.